

EDITORIAL GUAJU VOLUME 6, N. 2, 2020

A Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável lança sua nova edição, mantendo seu caráter plural e interdisciplinar, apresentando um conjunto de estudos acerca da temática do desenvolvimento e suas interfaces com as questões territoriais e socioambientais. Essa edição, especificamente, apresentou dois grandes desafios. O primeiro foi a mudança do corpo editorial da revista que trouxe a necessidade de aprendizagem e reestruturações internas. O segundo foi o desafio da pandemia e suas consequências do ponto de vista da interação entre os nossos pares. Todos esses desafios foram vencidos com o empenho e a dedicação dos professores do PPGDTS, dos servidores da UFPR e dos parceiros avaliadores que se reinventaram para dar continuidade às atividades da Guaju e suas demais atividades acadêmicas, conciliando o trabalho *home office* com os cuidados da família. A equipe editorial da Guaju agradece o esforço de todos para que essa nova edição se concretizasse.

Além disso, a pandemia e seus efeitos e impactos desiguais evidenciou a urgência do debate acerca das questões do desenvolvimento e suas interfaces, aspecto abordado pelos artigos que serão apresentados ao leitor nesta edição.

Nos dois primeiros artigos, temos reflexões que envolvem povos originários e comunidades tradicionais e suas relações com a alimentação. No artigo intitulado *Saberes quilombolas: a cultura alimentar do litoral norte do Paraná e mesorregião Vale do Ribeira como prática suscetível ao turismo de base comunitária* de autoria de Dirson Teixeira Junior, Ana Josefina Ferrari e Marcos Luiz Filippim, discute-se como os saberes tradicionais da cultura alimentar quilombola de Batuva pode ser base para ampliação das alternativas para o desenvolvimento socioeconômico, por meio do turismo de base comunitária.

O artigo *Práticas alimentares Xavante: não soberania e insegurança alimentar*, dos autores Mayara Regina Araújo dos Santos, Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello, Fernanda Viegas Reichardt, visa analisar a atual dieta dos Xavante da Aldeia *Etenhiritipá*, localizada na Terra Indígena Pimentel Barbosa, no estado de Mato Grosso, para uma compreensão mais adequada de determinantes das condições de alimentação desse povo. Apontam para o baixo consumo de alimentos tradicionais e o aumento da dependência e compra de itens alimentares na área urbana, identificando agravos a saúde bucal, como a prevalência da cárie dentária.

Os terceiro e quarto artigos seguem com temas atinentes aos sistemas agroalimentares, sob uma perspectiva da ruralidade e seus modelos de desenvolvimento. No artigo sob *Agrofloresta agroecológica: por uma (re)conexão metabólica do humano com a natureza*, de autoria de Walter Steenbock, Fabiane Machado Vezzani, Breno Herrera da Silva Coelho, Rodrigo Ozelame da Silva, o leitor é levado a uma reflexão, a partir de categorias marxistas, para compreender a fratura metabólica que ocorre na relação sociedade - natureza na modernidade capitalista, apontando ao mesmo tempo para o potencial das agroflorestas agroecológicas para a reconexão entre ser humano e natureza. No artigo intitulado *A importância da tríade ensino, pesquisa e extensão na construção dos territórios – o caso da horta comunitária da Vila Nova/SC*, de autoria de Suzana Maria Pozzer da Silveira, Geraldo Muzeka, Izabel Batista, Ivete Maria Grisa, Luciano Streck e Vinicius Santana Farias, é apresentada a experiência de ensino/pesquisa/extensão realizada por docentes e discentes do Instituto Federal Catarinense de Santa Rosa do Sul, na qual implementação de uma horta comunitária em Vila Nova/SC, buscou contribuir para o desenvolvimento territorial, por meio da qualificação da agricultura familiar, com vistas a fortalecer o capital social e as redes agroalimentares alternativas em prol de um Arranjo Produtivo Local (APL).

No artigo *Espaços rurais brasileiros na arte naïf de Marcelo Schimaneski: desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura*, de Gabriela Maria Leme Trivellato, o quinto desta edição, apresenta-se uma discussão sobre a ruralidade paranaense retratada pelo artista. A autora dialoga com as obras do artista, apontando para a valorização dessa cotidianidade rural, e a possibilidade destas de corroborar com a preservação ambiental e cultural de espaços rurais como os retratados.

Em diálogo com os artigos anteriores, particularmente no que diz respeito à organização e capital social, o sexto artigo *Organização social profissional dos pescadores artesanais da foz do rio Amazonas, Amapá, Brasil*, de Francisco Pereira Canafístula, Israel

Hidenburgo Aniceto Cintra, Kátia Cristina de Araújo Silva, José Augusto Negreiros Aragão e Marcos Antônio Souza dos Santos, traz uma caracterização das formas de organização social profissional dos pescadores amapaenses na foz do rio Amazonas. Relata que a principal forma de organização profissional é a colônia de pescadores, bem como a existência de associações e cooperativas como busca de formas alternativas de representação de pescadores e aquicultores nessa região do estado do Amapá, apontando ainda a importância dessa categoria na região.

Os sétimo e oitavo artigos têm maior interface com a área de políticas públicas. No artigo *Homicídios de mulheres e meninas no estado do Paraná: um estudo territorial retrospectivo de 2014 a 2018*, de Clóvis Wanzinack, Mirian Gomes de Souza, Vanessa de Oliveira Lucchesi e Marcos Claudio Signorelli, apresenta-se uma análise temporal e territorial dos homicídios contra mulheres e meninas, tendo como pano de fundo os debates sobre feminicídio e a Lei Maria da Penha. Apontam para a redução no número de homicídios contra mulheres e meninas no período em tela, e que, embora ocorram homicídios desse grupo em todo o Estado, a distribuição não é homogênea, existindo uma correlação entre ocorrência de homicídios em áreas de maior vulnerabilidade social e de menor qualidade de vida urbana.

No artigo *A evolução da gestão ambiental nos municípios brasileiros*, de autoria de Carina Angélica dos Santos, Carla Zoaid Alves dos Santos, Laura Jane Gomes e Napoleão dos Santos Queiroz, o foco está nas políticas públicas ligadas gestão ambiental em âmbito municipal. Avaliando cinco áreas específicas - Estrutura, Legislação, Recursos Humanos, Conselho e Fundo Ambiental - agrupadas por regiões brasileiras, o estudo apontou que até o ano de 2017 houve um avanço na estrutura ambiental dos municípios brasileiros, principalmente, após a publicação da Lei Complementar 140, de 2011. Indica a necessidade de aprofundamento a compreensão dos fatores intervenientes na gestão ambiental municipal, bem como a observação das mudanças que vêm ocorrendo desde 2018 no arcabouço ambiental do país.

O nono artigo, *A degradação ambiental na Amazônia brasileira e os desafios para a inclusão do crime de ecocídio no Estatuto de Roma*, de Ana Carolina Robles Thomé, Nei Antonio Nunes e Ricardo Lemos Thomé, elucida quais são os desafios para a ampliação da competência do Tribunal Penal Internacional (TPI) de forma a incluir o ecocídio como o quinto crime previsto no Estatuto de Roma. A partir de uma reflexão que considera a degradação da Floresta Amazônica como ecocídio, os autores buscam refletir sobre a necessidade da inclusão de crimes ambientais sob a jurisdição do TPI, apontando os limites,

dificuldades e desafios para que isso ocorra.

O décimo artigo intitulado *Análise comparativa e histórica da concepção urbanística de Atílio Corrêa Lima e a estruturação do setor central e do setor sul em Goiânia-GO*, de Bruna Rodrigues Guimarães, Antônio Pasqualetto e Júlia Pereira de Sousa Cunha, realizou um levantamento histórico e de dados dos bairros Central e Sul, localizados na cidade de Goiânia – GO, com a finalidade de mostrar as alterações que ocorreram nos últimos 86 anos desde a concepção de seu projeto urbanístico por Atílio Corrêa Lima. Foi elaborado um estudo do espaço a fim de compreender as formas de ocupação, a realidade social, as características dos bairros, o estímulo de crescimento, o perfil da população residente, os marcos históricos e a infraestrutura.

Por fim, os décimo e décimo primeiro artigos trazem análises ambientais sobre o litoral do Paraná. O artigo *Ameaças tecnológicas na zona de interesse portuária de Paranaguá-PR*, de autoria de Patrícia Milla Gouvêa, Emerson Luis Pawoski da Silva e Emerson Luis Tonetti, discute os riscos tecnológicos ligados a potenciais acidentes que podem afetar a população que vive em áreas próximas ao Porto de Paranaguá, na Zona de Interesse Portuário. Avaliou particularmente os riscos de incêndio e explosão gerada por vapor de duas empresas da ZIP, determinando as zonas - potencialmente letal em até 951 metros; com queimaduras de segundo grau em até 1,4 km; e com efeitos de dor em até 2,1 km. Todas as três zonas atingem áreas residenciais, colocando essa sociedade em risco.

O artigo que encerra a edição, *PR-407 e seu impacto na Floresta Estadual do Palmito: estudo do efeito de borda a partir de análise sonográfica*, de Manoela Hartmann Martins de Lima, Leandro Gumboski e Leandro Angelo, aborda temática pertinente a gestão de Unidades de Conservação (UC). Apresenta uma análise da absorção acústica de uma UC de Mata Atlântica que sofre com interferência elevada da rodovia PR-407: a Floresta Estadual do Palmito (FEP). Os resultados do estudo indicam uma atenuação de 33,45% na mata em relação à trilha, sugerindo que a vegetação que compõe a borda da reserva a partir da rodovia apresenta importante função nos processos de absorção dos sons abióticos.

Convidamos a todas e todos a contribuir com a Guaju e a promover o debate socioambiental no país, submetendo seus manuscritos, e desejamos uma excelente leitura.

As editoras

Elaine Cristina de Oliveira Menezes

Natália Tavares de Azevedo